

# Economia - Brasil

# O que Falta Fazer

A causa comum da perda de credibilidade dos planos econômicos baixados nos últimos cinco anos foi o não cumprimento do pressuposto básico: o enxugamento do Estado. Quando a sociedade começava a verificar que a conta do saneamento do déficit público estava mal repartida, e que o governo ainda não tinha executado o corte por dentro das mazelas do Estado (portanto, deixando aberta a possibilidade de que novos sacrifícios seriam exigidos para cobrir o desequilíbrio entre as despesas e a receita), imediatamente diminuía a credibilidade e recrudescia a inflação.

Este governo tem dado provas de coragem para enfrentar o desafio do saneamento econômico-financeiro como nunca se fez no Brasil. Está na hora de reafirmar essa disposição na própria retaguarda. O funcionalismo público e os empregados das empresas estatais precisam ter consciência de que a função do Estado é de servir com eficiência e baixo custo os interesses da maioria da sociedade.

Infelizmente, no regime autoritário, essa noção foi completamente desvirtuada pela promiscuidade e falta de transparência nas relações entre o Estado e setores privilegiados da sociedade brasileira. O uso do cachimbo fez a boca torta. Viciou elites empresariais com subsídios, incentivos e privilégios do governo, que ainda superprotegeu esses interesses privados com cartórios e reservas de mercado.

Pode-se dizer que esse tipo de capitalismo cartorial reservou os lucros assegurados pelo Estado a 5% da sociedade, e reparti os prejuízos (na inflação e no abandono, pelo Estado, de suas obrigações sociais) entre os 95% restantes dos brasileiros, e contaminou a sociedade de cima para baixo. A classe média deveria ter sido fator de estabilização política e social, como ocorre nas sociedades democráticas, mas incorporou padrões éticos e métodos altamente condenáveis.

O dinheiro passou a ser um símbolo de poder, relegando a segundo plano valores básicos como saber, educação e cultura. Os contrastes nas duas maiores cidades brasileiras são a expressão desses desvios. No Rio de Janeiro, um terço da população mora nas favelas; em São Paulo, os favelados chegam a sete milhões de pessoas nas periferias da cidade mais rica do país e sede de metade do PIB nacional.

A própria cautela exibida pela população quanto à viabilidade das novas medidas econômicas e à eficiência da trégua entre preços e salários reflete bem a sucessão de frustrações acumuladas na imensa maioria da população, que deseja livrarse do alto preço que a inflação impõe. A sociedade aguarda sinais claros para mudar de conduta.

A palavra e a ação estão no momento com o governo. Não interessa mais medir quem aumentou mais os preços: se os empresários antes do congelamento, ou o próprio governo, ao decretar, junto com as novas medidas econômicas, uma bateria de aumentos de preços públicos. O governo está em tempo de resgatar o programa de privatização que parece ter emperrado nas mãos da burocracia do BNDES.

A privatização em bloco da Petroquisa, como propunha a Petrobrás, encontrou resistências no BNDES. Resultado: até agora não se andou em bloco e muito menos por partes. A alta das ações nas Bolsas de Valores, descontando-se as costumeiras realizações de lucros, são o indício claro da disposição da sociedade brasileira de trocar as aplicações financeiras improdutivas no *overnight* pela alocação de poupanças em empresas e investimentos que impliquem aumento da produção, do emprego e a melhor redistribuição da renda nacional.

Para que essa alta não se frustre, como muitas vezes no passado, é indispensável o lançamento de novas ações no mercado. Os recursos que saem do *over* devem aprender a colher nas Bolsas mais o desempenho real das empresas (e da economia) do que a valorização especulativa causada pelo simples aumento da procura por ações escassas. A reforma do mercado de capitais veio corrigir muitas distorções operacionais.

Que venham agora novas ações de empresas privadas e de empresas estatais a serem privatizadas para dirigir a poupança nacional à capitalização das empresas e redistribuir os lucros para maiores fatias da sociedade. Na Inglaterra, a privatização das estatais conquistou seis milhões de novos acionistas, que passaram desfrutar das benesses do capitalismo, e mudou a própria relação de poder no país, mantendo o partido conservador há doze anos à frente do governo.